

EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO NOS INSTITUTOS FEDERAIS

EDUCATION AND DEVELOPMENT IN FEDERAL INSTITUTES

Arthur Breno Stürmer¹ (IFAL/ PG- UFSM)

RESUMO: O objetivo deste artigo é discutir as relações entre desenvolvimento e educação, explorando as características de cada um e sua interdependência. Toma o caso dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia para mostrar como o desenvolvimento pode ser pensado por uma instituição educacional e demonstrar qual é a escala geográfica ideal para então se falar de desenvolvimento. A partir de revisão teórica e consulta aos documentos normativos gerais dessas instituições, especialmente a Lei de criação dos Institutos Federais. Propõe-se, ao final, uma definição de desenvolvimento que seja mais sensível aos problemas sociais enfrentados pelos alunos, a fim de dar sentido a um dos compromissos firmados pelos Institutos Federais com a sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Comunidade. Economia. Educação profissional. Política. Território.

ABSTRACT: *The purpose of this paper is to discuss the relationship between development and education, exploring the characteristics and their interdependence. It takes the case of the Federal Institutes of Education, Science and Technology to show how development can be thought of by an educational institution and to demonstrate what is the ideal geographical scale to talk about development then. From the theoretical review and consultation to the general normative documents of these institutions, especially the Law of creation of Federal Institutes. Finally, a definition of development that is more sensitive to the social problems faced by the students is proposed, in order to make sense of one of the commitments made by the Federal Institutes to society.*

KEYWORDS: *Community. Economy. Professional education. Politics. Territory.*

Introdução

Educação e desenvolvimento são temas que normalmente se cruzam nos discursos políticos. Aqui, porém, serão trazidos para um debate pouco atraente aos políticos. Será conveniente afirmar, de início, que educação e desenvolvimento não se encontram subordinados um ao outro, nem pertencem originalmente a um único setor, por exemplo, o setor educacional, econômico ou de planejamento de um país.

Quando se prefere falar de ensino técnico ao invés de educação básica, técnica e tecnológica, certamente subentende-se um ensino associado ao “desenvolvimento” em sentido específico: o desenvolvimento *econômico*. Este só pode corresponder ao *crescimento da economia*. Juntar educação e desenvolvimento *econômico* na mesma fala explicita um erro semântico decorrente do uso livre do termo educação ou de vício politiquero.

¹ Doutorando em Geografia na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Docente no Instituto Federal de Alagoas (IFAL), Campus Palmeira dos Índios. E-mail: arthur.sturmer@gmail.com

Segundo se percebe há tempos, em âmbito nacional, é praxe tratar de “educação” como se fosse o mesmo que “ensino” e, pior no caso, “treinamento”. Ao profissional dedicado à engenharia, negócios ou desporto, talvez isso soe sem ruídos. Nos anos que antecederam a Copa do Mundo de 2014, no Brasil, pipocaram cursos técnicos para capacitarem a mão de obra local. A educação profissional e tecnológica foi largamente confundida com o ensino técnico profissionalizante por governos e instituições renomadas.

O fato é que o “desenvolvimento” é um termo polissêmico, multifacetado e multidimensional que se presta à definição primária de níveis, estágios e processos que estejam em andamento. Pode ser utilizado nas Ciências Políticas e Geografia Econômica com referência a diversas escalas – local, regional, nacional ou global – e designar setores da atividade humana que estejam em ascensão – setor agrícola, comercial e industrial.

Ainda que seja comum usar o “desenvolvimento” subsumido no termo “crescimento econômico” e, sem contradição, relacioná-lo frequentemente ao Produto Interno Bruto (PIB), o grau de acumulação de capital aplicado ao processo produtivo ou grau de acesso da população aos bens finais, isto é, o padrão de consumo da população, tal compreensão não é consensual entre os pesquisadores em Ciências Humanas, pois não abarca todas as possibilidades de interpretação desse fenômeno.

O objetivo deste artigo é discutir as relações entre desenvolvimento e educação, explorando as características de cada um e sua interdependência, ancorando a construção conceitual no campo educacional e pedagógico.

O desenvolvimento segundo o “setor” educacional

Uma das vias de entendimento do “desenvolvimento” vem do “setor” educacional. A história do pensamento pedagógico brasileiro registra autores como Paulo Freire, teve o desenvolvimento como uma de suas preocupações desde suas primeiras publicações por conceber a educação, diz Valente (2009), como um processo crítico.

Ao se lidar com contextos reais, que seriam o alvo das ações voltadas ao desenvolvimento, e com sujeitos concretos que, teoricamente, seriam seus beneficiários, os profissionais da educação habilitam-se a ressignificar o “desenvolvimento” e redefinir a relação deste com a “educação”.

Há inúmeros trabalhos de pesquisa que reconhecem a estreita ligação entre desenvolvimento e educação a ponto de visualizar uma identificação entre ambos

STÜRMER, Arthur Breno. EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO NOS INSTITUTOS FEDERAIS.

(GADOTTI, 1983; STÜRMER, 2018) e, particularmente envolvendo os Institutos Federais (PACHECO, 2012; NOGUEIRA et al, 2015; MACEDO, 2017; SAMPAIO e FERREIRA, 2017; VASCONCELLOS, 2017).

Breve histórico de uma instituição educacional voltada ao desenvolvimento

Os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia são instituições relativamente recentes no cenário educacional brasileiro. Têm origem nos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), Escolas Técnicas, Colégios Técnicos, Colégios Agrícolas e outras instituições dedicadas ao mesmo fim.

Através da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, houve a fusão entre elas, em uma combinação cujo denominador comum fora dado: serem instituições especializadas “na oferta de *educação* profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino” (BRASIL, 2008a, Art. 2º, grifo nosso), conjugando conhecimentos técnicos, tecnológicos e respectivas práticas pedagógicas.

Criaram-se trinta e oito (38) Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, ou simplesmente Institutos Federais (IFs), para serem “instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi” (Ibid., Art. 2º). Suas características de verticalização da educação, integração, flexibilidade curricular e descentralização da gestão carregavam uma proposta renovada de administração educacional e organização do ensino.

Os Institutos Federais nasceram com o foco principal na *educação* profissional e tecnológica – e não somente no *ensino* técnico –, em um formato que exigiu a desconcentração institucional, conferindo-lhe determinadas características: atendimento a um público mais diverso e com diferentes níveis de escolaridade; realização de pesquisas aplicadas; atividades de extensão articuladas com o mundo do trabalho e os segmentos sociais. Também o ensino, a pesquisa e extensão passaram a fazer parte do currículo, não se restringindo apenas a um nível de educação, pelo que apresenta uma nova concepção de educação básica e de instituição educacional.

Outros aspectos, como a pluricurricularidade, não seriam tão importantes para os Institutos Federais sem a previsão, ainda, de uma estrutura *multicampi* a justificar a expansão sem precedentes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

(RFEPCT)². Com isso, pôde-se contemplar a finalidade de “consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais” (Art. 6º, inciso IV) ao se adotar a “perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional” (Art. 7º, inciso V).

A educação dos Institutos Federais e o desenvolvimento

É fácil identificar na proposta de criação dos Institutos Federais uma contribuição inédita à educação profissional e tecnológica do país, diferenciando-os das escolas técnicas de outras Redes de Ensino públicas ou privadas, em vários aspectos, dentre eles, os aspectos sócio-educacional e sócio-espacial.

O compromisso dos Institutos Federais com a educação básica, técnica e tecnológica que leva “à emancipação do cidadão” (Art. 7º, inciso V) questiona o segmento educacional em sua antiga condição de coadjuvante da economia local e regional. A pretensão à formação integral e integrada corresponde agora à formação do cidadão e do trabalhador – o que, em si, sobreleva “o assistencialismo e preconceito social contidos nas primeiras legislações de educação profissional do país” (BRASIL, 2009b), que eram seguidos pelas mais renomadas escolas técnicas, alterando, portanto, o lugar historicamente destinado à educação profissional e tecnológica.

Isso não quer dizer que os Institutos Federais independam de projetos econômicos. Há uma interdependência entre educação e desenvolvimento entrevista no modelo educacional dos Institutos Federais e no contexto histórico de sua criação, o qual revela ser coetâneo de projetos econômicos em escala nacional, a exemplo do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), instituído pela Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007.

Sugere-se, aqui, uma interface clara entre educação e desenvolvimento pelos Institutos Federais ou, de outro modo, orienta-o para uma via de mão dupla entre as ações voltadas ao desenvolvimento – visando, obviamente, a escala nacional – e as ações voltadas à educação, com estas, porém, envolvendo também o local e o regional nas suas respectivas espacialidades, temporalidades e territorialidades e conflitos.

A aproximação entre os Institutos Federais e as políticas econômicas enseja novas relações – como se verá adiante – entre educação e desenvolvimento e, sem dúvida, produz expectativas no âmbito local e regional, nos quais que pleiteava a vinda dos Institutos

² A “Lei de criação dos Institutos” criou também a RFEPCT.

Federais. Não é sem razão, pois os governantes, país a fora, desejam elevar os índices educacionais e de qualificação/formação da mão de obra, impactando diretamente os arranjos produtivos locais e as cadeias de produção de alcance regional.

A educação profissional e tecnológica, assim, poderia chegar a lugares distantes dos grandes centros, onde sequer se conheceram as instituições anteriores aos Institutos Federais e onde se desejava movimentar pequenas economias do interior dos estados. A inter-relação entre as ações nas diferentes escalas combinou-se a outro movimento, o da expansão horizontalizada deste modelo de educação.

Consolida-se, aos poucos, uma concepção de educação que pode promover o desenvolvimento através da educação dos Institutos Federais. Já se subentende haver – para além das demandas ordinárias da economia nacional e da aderência aos programas econômicos – demandas específicas de diferentes comunidades representadas pelos municípios do interior.

Sabe-se da existência de indivíduos, grupos e populações que, não raro e historicamente, estão alijadas de toda e qualquer forma de desenvolvimento, sem acesso fácil à educação básica, muito menos à formação técnica e tecnológica do Sistema Federal de Ensino. Veem se operar alguma mudança, que pode estar vindo com a oferta de educação. Ainda que ela não seja realmente “para todos” e a dificuldade em acessar a educação profissional e tecnológica seja acrescida dos desafios da permanência e êxito nos estudos, há que se considerarem outros fatores com os quais a atividade educacional mantém compromisso inarredável ao construir e constituir uma sociedade: as lutas coletivas por direitos, tolerância, respeito à classe social, cor, cultura, saber, identidade, gênero e território.

Não se quer, aqui, dicotomizar educação e desenvolvimento, supondo a existência de uma relação hierárquica entre ambos. Pelo contrário, percebe-se a dependência recíproca, uma vez que não há desenvolvimento sem educação e não existe educação que não seja o início do desenvolvimento ou ele próprio.

Tal visão contraria a abordagem predominante entre os economistas e alguns sociólogos, advogando uma interpretação menos economicista a respeito do desenvolvimento e mais potencializadora da educação. Verdade é que a educação tem sido, há muito tempo, mero instrumento a serviço do desenvolvimento *econômico*, com a presença política de sujeitos bastante interessados em reformar a educação, mormente a educação técnica, para

servir à economia, e que Ramos (2006) localiza no empresariado e em entidades como a “burocracia do Ensino Industrial” e o “mercado de trabalho”.

A educação dos Institutos Federais para outros sujeitos: ressignificando o desenvolvimento

Ao se expandir e interiorizar a educação promovida pelos Institutos Federais é inevitável deparar-se com as necessidades do mercado contrastando com as necessidades da população. Outros sujeitos, em geral tão carentes de instrumentos como o conhecimento, a formação técnica e, especialmente, os conhecimentos advindos da formação geral – que ajudam a pensar a si e ao seu entorno –, procuram, na educação profissional e tecnológica dos Institutos, mais que (trans)formar a si em mão de obra, pois há outras questões envolvidas na educação, como a visibilidade social de indivíduos e grupos, o fortalecimento das identidades locais, a produção da cultura, reconhecimento do próprio território, organização coletiva, emancipação social, dentre outras demandas.

Na busca pelo equilíbrio entre os diferentes interesses em jogo, os Institutos Federais tornam-se arenas de embates sobre o significado de desenvolvimento e, logo, dos caminhos que a educação profissional e tecnológica deve seguir. Viu-se governos populares de esquerda conferir certa autonomia aos Institutos Federais para propor e executar políticas educacionais no âmbito das reitorias, segundo orientações político-pedagógicas diversas, inclusive quanto à sua relação com as políticas de desenvolvimento. Entretanto, a busca pela voz das comunidades do seu entorno está em curso, pois que o desenvolvimento, mesmo pela ou com a educação, existe *no* território. Logo, cabe à equipe gestora de cada *campus* de Instituto Federal provocar ações que concorram para certo tipo de desenvolvimento que parta das necessidades das pessoas³.

Como bem frisado por Ramos (2006), é tarefa das instituições recontextualizar as normas em suas realidades específicas e as reconstruir no âmbito de outras disputas em seu próprio interior. Daí que soa sem propósito qualquer instituição de educação profissional, científica e tecnológica que se reconheça como instituição educacional, falar de

³ Compreende-se que, qualquer que seja o tipo de desenvolvimento que se possa esperar a partir da intervenção dos Institutos Federais, ele deve vir da educação básica, técnica e tecnológica, sem menosprezar a prática docente.

“desenvolvimento” adjetivando-o como se pertencesse ao setor econômico e seu papel fosse menor, contribuindo apenas secundariamente para esse “desenvolvimento”.

É comum ouvir docentes de inúmeras instituições e políticos profissionais falando do desenvolvimento *econômico*, senão do crescimento econômico mesmo, para se referir ao desenvolvimento por eles almejado, imiscuindo-se com a voz das burocracias, relegando sua posição instauradora – porque a educação instaura, cria, promove, realiza.

Todavia, é preciso distinguir sujeitos da educação e da economia, duas línguas para falar do mesmo objeto, o desenvolvimento, que se preocupam, de um lado, com a formação e emancipação das pessoas, e, de outro, com a acumulação de capital e busca desenfreada pelo lucro. Quando ambos os sujeitos elevam o desenvolvimento a meta universalmente aceita, a educação equivale a um pré-requisito menor para o desenvolvimento *econômico*, que corresponde ao treinamento análogo ao disciplinamento e adestramento de mão de obra, talvez o ensino profissionalizante rápido e barato.

Quando, porém, se trata dos Institutos Federais, espera-se que a função social inerente à educação ampare uma concepção diversa de desenvolvimento. Se os grandes planos, programas e projetos limitam-se ao domínio do *planejamento*, no qual o desenvolvimento (esperado) é *nacional* e (*macro*)*regional*, a oferta da educação profissional e tecnológica dos Institutos Federais alonga-se no domínio da *execução*, com o desenvolvimento real só podendo acontecer nas escalas *regional* e *local*. Nestas, o desenvolvimento liga-se aos territórios (povo, cultura, recursos) e às outras dimensões (não propriamente econômicas) do desenvolvimento.

O Conselho Nacional das Instituições de Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF) fortaleceu a concepção de desenvolvimento pelos Institutos Federais através da aproximação à escala local e aos territórios, orientando os Institutos a estabelecer um “vínculo indissociável entre educação e desenvolvimento, a partir de uma realidade: o território onde se estabelecem as relações de vida e de trabalho” (CONIF, 2013, *Apresentação*).

Em Institutos Federais *de Educação*, a noção de desenvolvimento que deve nortear suas ações está autorizada a refletir uma sensibilidade maior aos problemas socioeconômicos que afetam as populações atendidas em seus espaços, espaços-territórios, cotidianamente. Ainda que os termos oriundos do setor econômico compareçam aos discursos e práticas, seu significado adquire novos contornos quando tratados por profissionais a

serviço da educação, seja em qual modalidade for, com a educação profissional e tecnológica aí incluída.

Devidos aos Institutos Federais se posicionarem em um contexto real e não apenas imaginado, fatores que constituem a vida dos sujeitos adquirem relevância. O que é problema teórico equacionável durante a elaboração de um planejamento se torna problema complexo, na prática. Índices, medidas de frequência, de centralidade, por exemplo, referentes à baixa renda, origem étnica e gênero são dados importantes na planificação das ações, mas com significados e tratamento distintos frente aos contextos.

Em certa medida, os Institutos Federais têm apurado o olhar para as questões sociais ao destinarem aportes significativos de recursos para a assistência estudantil e extensão. Não a ponto de haver concordância geral a respeito ou consenso acerca da própria capacidade de promover o desenvolvimento que ataque de igual modo os problemas sociais enquanto faz educação profissional e tecnológica. Não obstante, é possível orientar os esforços institucionais para evitar encaixes pouco precisos das ideias ou noções de desenvolvimento à realidade local/regional a partir de uma concepção de desenvolvimento em atenção a um pressuposto das ações educacionais: considerar o contexto em que acontecem.

O contexto histórico-social do entorno dos *campi* e das localidades de onde provêm os estudantes dos Institutos Federais é um problema a ser equacionado. Como instituição primordialmente educacional, há uma função social que lhe é inerente e que emerge da sensibilidade aos problemas socioeconômicos que afetam as populações – os alunos, comunidade, alunos-comunidade – atendidas em seus espaços. Fatores sociais, econômicos, políticos e culturais compõem um quadro singular que se incorpora à trama engendrada pela atividade educacional.

Muitos *campi* são justamente instalados em localidades deprimidas, onde os Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) são baixos, o que faz de sua atuação um componente promissor em áreas pouco desenvolvidas, reforçando a noção de desenvolvimento pela educação, isto é, de um desenvolvimento que vem juntamente com a educação profissional e tecnológica.

As populações (estudantis) que se apresentam em situação de vulnerabilidade devido aos fatores e índices acima e que têm pelo menos algum contato com os Institutos Federais através da realização de cursos e atividades de extensão, já são animadas pelo sonho com uma vida melhor através dos estudos, e mais: sabem que terão acesso a alguns direitos,

vendo-se respeitados e incluídos ao fazer parte de uma “comunidade acadêmica” distinta, ainda que temporariamente.

Abreu (2018) vê os Institutos Federais inseridos na busca por soluções para a exclusão em relação aos direitos sociais como a educação:

As necessidades do mundo da produção e do trabalho sempre foram determinantes das políticas voltadas para a formação profissional. Entretanto, na perspectiva dos Institutos, essas políticas, pautadas na relação entre educação e trabalho, devem extrapolar o aspecto econômico e buscar articulação com as políticas de inclusão em andamento no país. (ABREU, 2018, p. 5).

Assim, o desenvolvimento adquire outro sentido: não é mais o desenvolvimento *econômico*. A educação, em si, passa a representar o próprio desenvolvimento em processo. Isso se mostra tanto mais verdadeiro quanto mais os Institutos Federais garantem o acesso das comunidades à educação profissional e tecnológica. A relação entre educação e desenvolvimento, então, amplia-se quando os objetivos dos Institutos saem do papel e ganham vida na realidade do *campus* em seu movimento diário.

Considerações finais

A orientação pedagógico-institucional que, historicamente, foi dada à educação profissional e tecnológica no Brasil, alinhou-se, em alguns momentos mais, em outros menos, ao desenvolvimento (econômico), segundo políticas centralizadoras e na dependência do crescimento econômico como o único capaz de trazê-lo.

No cotidiano das instituições educacionais, contudo, o desenvolvimento só tem razão de ser estando atrelada ao fazer pedagógico e não como meio para o crescimento econômico para, depois, chegar-se ao desenvolvimento econômico (e social). Ao contrário da educação como meio para o desenvolvimento, “alicerce da nação”, “ponte para o futuro”, num interlúdio de governos desfiando promessas a serem realizadas através da educação, entende-se que a educação é inseparável do desenvolvimento, pois que acontecem juntos.

A compreensão do desenvolvimento concebida nos planos, programas e projetos aproxima-se mais da realidade somente quando ultrapassa o véu que encobre a estreita ligação entre a educação e o desenvolvimento, entre a ação educativa junto aos estudantes da/na comunidade, e quando se admitem os efeitos (i)mediatos sobre eles – efeitos *transformadores*, que em muitas ocasiões são *liberta*-dores.

Falar da educação e desenvolvimento nos Institutos Federais é levantar um assunto que merece mais destaque no dia a dia da instituição, pois se trata de demarcar o ponto de ruptura que separa o passado da instauração de um novo modelo de educação profissional e tecnológica capaz de dissolver a dualidade educacional (geral x específica), dando oportunidade (e esperança) a sujeitos geograficamente distantes dos grandes centros e em sua condição plural – de sujeitos étnica, cultural, religiosa, sexual, produtiva, histórica e geograficamente diversos. É um modelo que admite a descentralização da gestão, o fortalecimento dos laços com as comunidades locais e regionais, e a valorização do conhecimento técnico e tecnológico no que ele possa impulsionar o desenvolvimento inclusivo das pessoas, com suas diferenças, experiências e saberes.

Não obstante inúmeros documentos oficiais normativos e regulatórios destacarem o desejo político de que os Institutos Federais *de Educação* sirvam ao desenvolvimento em seu sentido mais corriqueiro, de desenvolvimento econômico, parece ter chegado o momento de sua expertise falar mais alto. E os Institutos Federais, por fim, reconhecem ter ultrapassado a condição de meros coadjuvantes de projetos de governo para se tornarem projetos de sociedade.

REFERÊNCIAS

ABREU, E. M. C. de Considerações a respeito do trabalho do assistente social nos Institutos Federais de Educação: principais requisições e perfil profissional. In: Encontro Nacional De Pesquisadores Em Serviço Social – Em Tempos De Radicalização Do Capital, Lutas, Resistências E Serviço Social, 16., 2018, Vitória, ES. **Anais eletrônicos...** Vitória, ES: UFES, 2018. 16p. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/ABEPSS/article/view/21982/14500>>. Acesso em: 8 ago. 2019.

BRASIL. Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os IFETs. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 30 dez. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm>. Acesso em: 8 jun. 2017.

_____. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília, DF: MEC/SETEC, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2017.

STÜRMER, Arthur Breno. EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO NOS INSTITUTOS FEDERAIS.

CONIF. CONSELHO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA. **Institutos Federais: 5 anos de singulares Territórios de Esperanças**. Brasília, DF: CONIF, 2013.

GADOTTI, M. Educação e ordem classista [Prefácio]. In: FREIRE, P. **Educação e mudança**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. p. 9-14.

MACEDO, P. C. S. Educação profissional e desenvolvimento territorial: a expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. **Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica**, v. 2, n. 13, p. 2017. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/5821/pdf>>. Acesso em: 7 ago. 2019.

NOGUEIRA, S. C. C. et al. Os Institutos Federais em três dimensões de análise. In: Colóquio Internacional: A Produção Do Conhecimento Em Educação Profissional – Plano Nacional De Educação (2014-2024), 3., 2015, Natal, RN. **Anais eletrônicos...** Natal, RN: IFRN, 2015. 10p. Disponível em: <<https://ead.ifrn.edu.br/portal/wp-content/uploads/2016/01/Artigo-20.pdf>>. Acesso em: 7 ago. 2019.

PACHECO, E. (Org.). **Perspectivas da educação profissional técnica de nível médio: proposta de diretrizes curriculares nacionais**. Brasília, DF: Setec/MEC; São Paulo: Moderna, 2012.

RAMOS, M. N. A reforma do ensino médio técnico nas Instituições Federais de Educação Tecnológica: da legislação aos fatos. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, (Orgs.). **A formação do cidadão produtivo: a cultura de mercado no ensino médio técnico**. Brasília: INEP, 2006. p. 283-309.

SAMPAIO, M. V. D.; FERREIRA, J. G. Avaliação da política d educação profissional: um estudo objetivo dos impactos no desenvolvimento local. In: Colóquio Internacional: A Produção Do Conhecimento Em Educação Profissional – A Reforma Do Ensino Médio E Suas Implicações Para A Educação Profissional, 4., 2017, Natal, RN. **Anais eletrônicos...** Natal, RN: IFRN, 2017. 14p. Disponível em: <<https://ead.ifrn.edu.br/coloquio/anais/2017/trabalhos/eixo1/E1A18.pdf>>. Acesso em: 7 ago. 2019.

SILVA, L. T. da. Política de Educação e Território: a expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no Brasil e suas escalas de ação. In: Congresso Brasileiro De Geografia Política, Geopolítica E Gestão Do Território: Racionalidades E Práticas Em Múltiplas Escalas, 1., 2014. Rio de Janeiro. **Anais...** Porto Alegre: Editora Letral; Rio de Janeiro: REBRAGEO, 2014. p. 654-665. Disponível em: <<https://www.editoraletreal.com.br/anais-congeo/arquivos/978-85-63800-17-6-p654-665.pdf>>. Acesso em: 7 ago. 2019.

VALENTE, L. F. Paulo Freire: desenvolvimento como prática da liberdade. **Revista Alceu**, Rio de Janeiro, PUC, v. 9, n. 18, p. 186-197, jan./jun. 2009.

STÜRMER, Arthur Breno. EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO NOS INSTITUTOS FEDERAIS.

VASCONCELLOS, I. S. de. **Institutos Federais, educação e desenvolvimento**: o Instituto Federal do Triângulo Mineiro e suas formas de inserção na sociedade. 2017. 105f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Ciências Sociais, Uberlândia, MG. 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/18318/1/InstitutosFederaisEducacao.pdf>>. Acesso em: 7 ago. 2019.

STÜRMER, Arthur Breno. Desenvolvimento como prática da liberdade ou educação como desenvolvimento: diálogos freirianos na Geografia. In: Encontro De Geografia Da Unioeste E Encontro De Geografia Do Sudoeste Do Paraná, Estudos Multidisciplinares Em Cultura, 21., 2018, Francisco Beltrão, PR. **Anais eletrônicos...** Francisco Beltrão, PR: UNIOESTE, 2018. 9p.

Recebido em 08/08/2019
Aprovado em 29/10/2019